

“PROFESSORES, NÓS TAMBÉM QUEREMOS TER VOZ NA ESCOLA!”: LUTAS E REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS NO CONSELHO DE CLASSE

Vinicius Kapicius Plessim¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo, compreender a função do aluno na escola, para além do ato de estar na sala de aula em conformação com os estudos recebidos. Através das fichas dos alunos – representantes de turma da Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo, instituição localizada na periferia carioca, no município de Duque de Caxias, se tornou possível compreender a intenção dos alunos de não se tornarem meramente coadjuvantes em sua escolarização, mas buscarem fazer da educação uma prática transformadora e libertária. A exposição das críticas de alunos pode ser compreendida como uma denúncia social, e nos ajuda a entender a difícil situação calamitosa do ensino público brasileiro, marcado pela precarização das estruturas físicas e materiais, e pelas complexas relações existentes entre o professor e o aluno em sala de aula. O artigo se justifica por buscar compreender a importância das vozes destes alunos silenciada e esquecidas muitas das vezes dentro da escola. Acreditamos que as críticas tecidas, se juntam com as inquietações dos professores, estes últimos que necessitam se reinventar para buscar criar soluções e estratégias para a sua labuta diária em seu espaço de atuação profissional. Este trabalho, procura entender as categorias da jurisprudência estudantil, ou seja, suas percepções produzidas.

Palavras – Chave: Aluno. Representação. Escola. Precarização. Conselho de Classe.

“TEACHERS, WE ALSO WANT A VOICE IN SCHOOL!”: STRUGGLES AND REPRESENTATIONS OF STUDENTS IN THE CLASS COUNCIL

Abstract: This study aims to understand the role of the student in school, beyond the act of being in the classroom in conformation with the studies received. Through the records of the students - class representatives of the *Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo*, an institution located on the outskirts of Rio de Janeiro, in the municipality of Duque de Caxias, it became possible to understand the intention of the students not to become merely supporting in their schooling, but to seek make education a transformative and libertarian practice. The exposition of this student's criticisms sounds like a social denouncement and helps us to understand the difficult and calamitous situation of Brazilian public education, marked by the precariousness of physical and material structures, as well as the complex relationships that exist between the teacher and the student in the classroom. The article is not justified by seeking to understand the importance of these students' voices, silenced and often forgotten within the school, which is thought of as a place marked by conservation and social inequality among its

¹ Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo / Faculdade de Educação (FEUSP). Mestre em educação, cultura e comunicação em periferias urbanas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (UERJ / FEBF). Docente de História na Secretaria do Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC – RJ). Área de atuação: Educação.

constituent agents. Through the forms that were produced among the representatives, the class and the teachers had their exposure within the Class Councils, a space for defining the student's educational destiny by the educator. We believe that the criticisms made, join the concerns of the teachers, the latter who need to reinvent themselves to seek to create solutions and strategies for their daily work in their professional performance space. This work seeks to understand the categories of student jurisprudence, that is, their produced perceptions.

Keywords: Student. Representation. School. Precariousness. Class Council.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o papel do aluno na escola. Neste sentido, queremos entender como a educação se torna uma prática de liberdade, onde estes agentes têm a possibilidade de interferir neste campo social e buscar condições hábeis para uma escolarização qualificada.

O artigo analisou as fichas dos alunos – representantes de uma escola localizada na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. O estabelecimento de ensino, conta com cerca de 300 alunos matriculados, distribuídos em três turnos: no período matutino e vespertino é destinado ao Ensino Fundamental I e II, enquanto o noturno é reservado para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estabelecemos como recorte temporal o marco inaugural da escola que começou as suas atividades em 1956, por meio do oferecimento do ensino secundário gratuito tutelado pela municipalidade. Este trabalho findou as suas reflexões a partir de 2020, período em que as atividades na instituição de ensino foram paralisadas devido a pandemia do coronavírus.

Este estudo se deu através do contato com o *Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (CPFPPF)*², que avaliou o nosso projeto de pesquisa e permitiu a inserção no espaço da escola em comum consenso com a equipe diretiva pedagógica da instituição.

Os alunos – representantes de turma de forma democrática são eleitos na escola por meio de votação, cuja qualidades de articular e dialogar com o corpo docente e a direção

² Este trabalho é parte da minha pesquisa realizada no doutoramento (2018-2022), aprovada no Comitê de Ética para a sua realização. Através do Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire (CPFPPF), de Duque de Caxias, a nossa entrada na Escola Municipal Expedicionário Aquino de Araújo foi autorizada para que pudéssemos realizar consultar nas fontes documentais presentes no almoxarifado do colégio que auxiliassem a construção da pesquisa acadêmica.

se tornam válvulas mestras de buscar melhorias para a instituição e o seu ambiente de estudo, a sala de aula.

Neste sentido, as fichas produzidas por estes interlocutores nos auxiliam a entender as principais críticas produzidas sobre a escola, entendemos esta capacidade capaz de chamar a atenção de outros agentes constitutivos nesta realidade social. O representante, em comum consenso com os demais alunos da turma, encaminhavam as suas reivindicações para os professores nos Conselhos de classe. Estes documentos refletiam sobre as condições materiais em que estudavam, o ensino e aprendizagem, as avaliações recebidas.

Para além de ser um espaço destinado para a produção da jurisprudência professoral, o Conselho de classe se torna também o lugar das inquietações deste estudante quanto ao seu campo social. Acreditamos que este trabalho possa contribuir para que novas pesquisas sejam suscitadas e tragam o aluno em sua centralidade, este que ocupa uma posição específica na cadeira hierárquica da escola, agora procura o exercer o seu poder de fala, dar sentido as suas práticas e significado para a sua voz, esta última silenciada e esquecida na maioria das vezes.

Para Michel de Certeau (2012) o cotidiano é tudo “aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente” (p. 31). Assim a escola, se insere neste contexto a partir de um conjunto de lutas travas, negociadas por seus agentes, na intenção de construírem as práticas pedagógicas e perpetrarem estas nos sujeitos formativos. Tensões conflitantes marcam a rotina institucional, que necessita com que seus profissionais se reinventem todos os dias.

Assim, a escola se estrutura enquanto campo social das trocas simbólicas, objetivas e subjetivas entre os seus agentes, estes último ocupam posições específicas e constroem hierarquias frente às funcionalidades exercidas. De acordo com Bourdieu (2011) o espaço social: “(...) é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas” (p. 19). Para além de um espaço monolítico e estanque entendemos a experiência escolar, marcada pela sua complexidade permeada na burocratização das relações tangenciadas neste âmbito de vivências.

Como esta experiência que outrora representou a esperança de uma escolarização qualificada e exitosa, tornar-se-ia um modelo defasado, sucateado e precarizado em suas

estruturas, pois atualmente conta com apenas cerca de 300 alunos matriculados, e mesmo assim padece das mazelas das constantes faltas e da evasão³ destes discentes ao longo do ano letivo.

Inicialmente, nos detivemos ao registro de fotografias das fontes documentais existentes no almoxarifado do colégio que contava com uma heterogeneidade de documentos que auxiliam a compreensão do sistema educacional local: ata dos exames de admissão ao curso ginásial (1956 -1970), livro de práticas do Ginásio Orientado ao Trabalho (GOT – 1970), Ata dos resultados finais (1956-1970), livro de ponto de professores e funcionário da escola (1956 -1989), termo de visitas da inspeção escolar (1975-1979), termo de visitas da supervisão escolar (1980-1989), ata dos representantes das turmas (2008), diários de classe (2000- 2018).

Neste trabalho, especificamente nos detivemos sobre as fichas dos alunos representantes de turma do ano de 2008, que nos trazem à tona a produção da jurisprudência discente dentro da escola, ou seja, como estes alunos constantemente emitem julgamentos classificatórios quanto à instituição de ensino matriculados.

O artigo se dividiu em duas seções: na primeira - *As representações da precarização do prédio escolar: o lugar que aprendemos e sofremos*, procuramos perceber às condições físicas e materiais da escola, espaço das relações objetivadas e subjetivadas perpetradas pelas interações entre os seus agentes constitutivos. Este local permite condições satisfatórias para que o aluno estude de maneira qualificada e os seus docentes exerçam o seu trabalho? Esta pergunta norteou a construção do primeiro ensaio, pois levantamos a hipótese de que o estabelecimento educacional carece de condições básica para a manutenção do seu público no espaço.

Por último, na seção - *As representações do ensino, da aprendizagem e do professor: uma escola de múltiplas carências*, procuramos entender os posicionamentos do aluno quanto ao magistério da instituição, as maneiras de ensinar, as formas de se aprender as competências e habilidades ensinadas, as principais dificuldades suscitadas na sala de aula, o relacionamento com o corpo docente, as percepções destes estudantes

³ A evasão escolar na instituição é entendida a partir de uma gama de diferentes fatores: primeiramente este aluno ao perceber a sua real situação de sua vida escolar, com a proximidade da reprovação opta por cancelar a sua matrícula. Outro fator que incide neste processo está atrelado a desistência do aluno para poder trabalhar no período matutino e vespertino e angariar recursos que consigam sustentar a sua família.

quanto aos olhares avaliativos do educador. Temáticas sensíveis, mas importante dentro desta realidade social, que acreditamos não ser diferente de outras situações escolares vivenciadas, mas esperamos que através deste estudo, os alunos também possam se sentir encorajados de refletirem quanto à natureza funcional da escola, este espaço que se inserem em busca da absorção assimiladora do seu currículo institucionalizado.

1. As representações da precarização do prédio escolar: o lugar que aprendemos e sofremos

A primeira seção é destinada em buscar perceber quais as principais insatisfações dos alunos quanto ao espaço escolar. Este ambiente é propício para o estímulo de sua aprendizagem? Quais as principais críticas tecidas pelas condições materiais da escola? A escola, enquanto espaço físico esteve presente nas representações destes alunos, até porque uma instituição acolhedora, é capaz de promover na criança o estímulo e a vontade de estar neste lugar e buscar estratégias inerentes a assimilação dos conteúdos ensinados.

As fichas avaliativas entregues aos alunos – representantes eram preenchidas com os demais discentes da turma, em conjunto com os professores na sala de aula. Estes documentos foram divididos em dois tópicos: **Dificuldades encontradas e Sugestões para melhoria**, ou seja, de um lado se construía os questionamentos quanto à estrutura escolar e do outro se buscar em conjunto encontrar mecanismos equacionadores das problemáticas cotidianas.

Inicialmente, este aluno percebe que a sala de aula é um lugar precário para o ensino e a sua aprendizagem, carece de infraestrutura que recai sobre o trabalho docente, o que o torna na maioria das vezes, ineficaz. O aluno que chega até a instituição, se depara com situações que vão desde a falta de portas e carteiras, até mesmo ventiladores e iluminação:

“Trocar a pintura da sala, trocar as carteiras, tirar a rachadura do chão, trocar a porta que está horrível (Representantes da turma 802).

Carteiras novas, ventiladores novos, parte elétrica (para cada ventilador), e o quadro branco é muito pequeno (Representantes da turma 703)”.

No discurso acima presenciamos o descontentamento dos alunos quanto as precárias condições de infraestrutura do prédio escolar. Para este aluno, a insalubridade é a característica marcante das suas condições reais de estudo, o que leva

consequentemente, ao desestímulo de frequentar os bancos escolares, bem como na queda de rendimento nos processos avaliativos.

Um dia este aluno e a sua família enxergaram neste modelo escolar à esperança para uma escolarização exitosa, e a oportunidade de intensificar a sua socialização começa no lar, agora enxerga este ambiente como o espaço da desesperança, do descrédito e da exclusão. Se as cadeiras se encontram em péssimos estados, onde este aluno colocara os seus materiais de aula? Se o ventilador não funciona, como este estudante suportará o calor dentro de sua sala de estudos, ainda que falemos de uma experiência escolar, no Estado do Rio de Janeiro, cujo verão é demasiado e sofrível para este público.

O calor incomoda este alunado, pois a ausência do ventilador prejudica a condução de seus estudos, novamente nas fichas dos discentes representantes denunciam a insalubridade existente no prédio escolar, o que dificulta a interação com os outros estudantes, bem como o direcionamento de sua atenção para o docente: “Excesso de calor, turma fala muito, falta de água, presença de formigas, gosto acentuado de cloro na água, os alunos sujam muito a sala” (Representantes da turma 903).

Maria Helena Souza Patto (2000) ao se debruçar sobre uma experiência escolar dentro da periferia paulistana, se atentou a entender sobre a influência do conceito de cotidiano em Agnes Heller quanto a problemática do fracasso escolar. Para além de um discurso que versava em responsabilizar o aluno e o culpabilizar a sua família pela repetência e a evasão na instituição, a autora procurou nas estruturas sócio – histórica organizativas da escola, ao analisar este contexto. Se falamos do fracasso na escola, também devemos falar do fracasso da escola, ou seja, não são apenas condicionantes internos que fomentam o fracasso escolar, mas fatores externos que desconhecem essa realidade social, e agem de maneira negligenciada.

O estudo sobre o fracasso escolar permite compreender as relações produzidas entre alunos e professores, bem como o discurso tecido por estes agentes em seu campo profissional:

Se as dificuldades de aprendizagem da criança pobre realmente decorrem de suas condições de vida, se a escola pública é adequada às crianças de classe média, se o professor tende a agir, em sala de aula, tendo em mente um ideal e se os professores não entende e discriminam seus alunos de classe baixa por terem pouca sensibilidade e grande falta de conhecimento a respeito dos padrões culturais dos alunos pobres, em

função do de sua condição de classe média, como afirmam as versões sobre o fracasso escolar atualmente em vigor (PATTO, 1988, p. 77).

Na citação transcrita acima, percebemos que os alunos da escola em escrutínio não se encontram num espaço marcado pelo acolhimento, mas a falta d'água associado ao intenso calor em sala de aula, levam este estudante a externar a sua hostilidade e a rebeldia quanto ao sistema educacional.

O corpo externa a linguagem da resistência prefigurada na desordem. A materialidade escolar inexistente impossibilita o aprendizado deste aluno, que se ocupa em transgredir as regras do sistema de ensino, ao invés de se dedicar aos seus estudos. Para os estudantes a ameaça é física e necessita pelas marcas da indisciplina e da violência transmitir o seu desagrado quanto a estas situações vivenciadas: “Muitos mosquitos, a bagunça de alguns alunos, a falta de respeito com os professores e funcionários. A pichação de paredes de carteiras. Brigas e discussões em sala de aula” (Representantes da turma 702).

Ao estudar as representações da criança – problema a partir do referencial teórico da governamentalidade, LIMA (2006, p. 127) na pesquisa numa guisa foucaultiana tentou compreender a ideia do governo enquanto “conduta da conduta” dentro da instituição escolar. A autora nos remete a ideia da capacidade da escola na sua dinâmica relacional de poder entre um indivíduo e outros grupos existentes interferir sobre a prática do outro.

Por meio da obra de Arthur Ramos, LIMA (2006) tentou compreender os discursos educacional sobre a criança – problema, em textos que eram especializados e versavam no que tange aos problemas comportamentais desenvolvidos durante a fase da infância. Durante a década de 1930, os educadores se atentaram em buscar encontrar saídas para resolver os problemas de comportamentais de seus estudantes, ao invés de promover nestes a concepção de estrutural de liberdade plena, através do fomento de um pensamento crítico e reflexivo, logo, a escola se apresentava como a instituição social capaz de salvaguardar o aluno e equacionar as suas dificuldades físicas e psicológicas existentes:

A criança bem ajustada era aquela capaz de se conduzir com autonomia na escola, ou seja, aquela que sabia como agir num espaço de liberdade regulada, simultaneamente, no âmbito da escola nova, a escola adequada era aquela na qual os alunos tinham, a oportunidade de expressar a própria identidade, de descobrir e realizar o seu potencial (LIMA, 2006, p. 128).

No Brasil, entre as décadas de 1930-1960, os textos que eram publicados denunciavam a indisciplina na escola, e relacionavam o mau comportamento a um transtorno psicológico do aluno, logo, a sua anomalia. Nos textos educacionais, existiam orientações cabíveis aos professores para que criassem estratégias de enfrentamento dos problemas, contudo, o caráter de exclusão do aluno visto como um comportamento diferenciado dentre os demais era notório, uma vez que, para estes eram voltadas as instituições de caráter especializado para o seu tratamento (LIMA, 2006, p. 133). Assim, a escola apresentava o seu caráter salvacionista diante do aluno – problema, exercia a exclusão pela separação daqueles considerados normais, e teria consequentemente condições necessárias em suas estruturas de sanar o problema do território, por meio da configuração, da escola laboratório.

Por meio da influência da pedagogia da escola nova europeia, inserida na obra: A higiene mental na escola primária do médico Arthur Ramos em 1939, se produziu um estereótipo da representação da criança – problema atrelada ao desajustamento de suas famílias, logo, eram feitos por educadores um discurso originário de responsabilização / culpabilização dos problemas da criança e o desajustamento em função de suas bases familiares, pois na sua estrutura do lar não se existia condições mínimas de resolver as mazelas na infância (LIMA, 2006, p. 134-135).

Aquino (2011) através de uma perspectiva sócio – histórica e institucional, influenciado pelo referencial teórico do poder disciplinar desenvolvido por Michel Foucault, procurou analisar o contexto da produção da indisciplina e da violência dentro da escola, bem como esta última exerceu através da padronização dos comportamentos do seu público através da imposição de valores, normas e ideias estabelecidas a reprodução da cultura dominante na sociedade.

Através de uma lógica inferida frente o parâmetro normativo e (contra) normativo são desenvolvidas as relações entre docentes e discentes dentro da escola. Os educadores tecem classificações, apreciações e percepções num esquema taxonômico contra o comportamento indisciplinar e violento do aluno, este último exterioriza às marcas interiorizadas em seu corpo frente às transgressões sofridas, através de um posicionamento contrário as sanções impostas na instituição (AQUINO, 2011, p. 465).

Na condição de ser uma “maquinaria sofisticada” (Cf. AQUINO, 2011) de caráter salvacionista, a escola se denota como um espaço equacionador dos problemas do aluno, por meio da correção das infrações, ou seja, o aluno deveria se organizar, gerir e criar um cunho de sensibilização social nas relações tecidas neste espaço: “Aqui, trata-se de um sujeito com a tarefa de aprender a se autogovernar que habitará o espaço escolar, e não mais um mero aluno” (p. 472).

A violência e agressão produzida constantemente na escola são sinais de externar a insatisfação pela precarização do prédio escolar. Além disso, a escola é vista como o lugar do desperdício, ao invés de ser o espaço de sanar a fome de seus estudantes através da merenda: “Os alunos estão encontrando frutas podres na lixeira” (Representantes da turma 803).

A alimentação é base para que aluno possa se manter na escola. Esta experiência educativa, localizada na periferia carioca, abraça em seu interior um público marcado pela carência de capital econômico e cultural em suas casas, logo, a merenda distribuída representa em inúmeras vezes a única possibilidade de refeição no dia para este aluno.

2. As representações do ensino, da aprendizagem e do professor: uma escola de múltiplas carências

Esta seção procura trazer as representações dos alunos – representantes quanto ao ensino recebido e como este incide sobre a sua aprendizagem. Além disso, como estes estudantes percebem o trabalho docente em sala de aula em prol de sua formação recebida no interior da escola.

Se na seção anterior procuramos analisar as condições materiais do prédio escolar, este espaço é destinado para as percepções e apreciações dos estudantes quanto aos agentes constitutivos deste espaço. Escola, lugar das trocas objetivas e das subjetividades produzidas por seus indivíduos, acreditamos que seus alunos necessitam exercer o seu poder de fala, tão silenciados e negligenciados ao longo do tempo.

Anteriormente, apresentamos as transgressões perpetradas na violência física do aluno para com os seus professores, os primeiros motivados consideravelmente pelas precárias condições materiais da instituição. Podem os seus mestres agirem, também de maneira violenta sobre os corpos estudantis?

Se a violência física não é praticada por seus professores, percebemos discursos discentes que a violência verbal e simbólica constantemente se faz presentes nesta realidade social:

“Professores de Educação Física e História mais presentes” (Representantes da turma 703).

“Aumentar o número de professores, ter professores substitutos, reforço de Matemática. Professor explicar mais a matéria, transformar uma aula chata em debates para os alunos poderem dar opiniões” (Representantes da turma 802).

No relato acima nos deparamos com duas situações calamitosas: a primeira do professor que constantemente falta em seus atributos ao funcionalismo público municipal, e com isso impacta diretamente sobre o rendimento e o aprendizado da criança, que acabam por não ter aquela aula programa no dia. A segunda situação transmitida nas impressões destes estudantes, está na condução das aulas por seus mestres, sabemos que o ofício docente é caracterizado por ser uma profissão marcada pela solidão dentro de sala, pois não consegue neste momento interagir com outros docentes, contudo, necessitar criar estratégias para que o exercício das atividades transportar despertem o interesse para o cumprimento de suas práticas.

Luckesi (2005) acredita na jurisprudência exercida pela avaliação dentro da escola, logo, se insere nas diferentes leituras realizadas pelos docentes ao longo da aprendizagem do aluno na instituição, uma vez que: “(...) estipula que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (2005, p. 33).

Assim, a avaliação se transforma numa ferramenta manipuladora e controladora dos corpos estudantis pelo medo e a coação, não estimula a liberdade, mas o aprisionamento social do indivíduo dentro da escola:

De instrumento de diagnóstico para o crescimento, a avaliação passa a ser um instrumento que ameaça e disciplina os alunos pelo medo. De instrumento de libertação, passa a assumir o papel de espada ameaçadora que pode descer a qualquer hora sobre a cabeça daqueles que ferirem possíveis ditames da ordem escolar (LUCKESI, 2005, p. 40).

Não diferente Perrenoud (1999, p. 18) afirma que o ato de avaliar atualmente se preocupa meramente em construir um esquema classificatório de responsabilização do

aluno, e se esquece completamente do contexto no qual este público está inserido, bem como as suas origens sociais, o que impacta diretamente em sua aprendizagem.

Para Perrenoud o ato de avaliar propicia legalizar e legitimar os instrumentos de normatização das condutas, das percepções e apreciações do esquema classificatório docente no estabelecimento de ensino:

Avaliar é – cedo ou tarde – criar hierarquias de excelência, em função das quais se decidirão a progressão no curso seguido; a seleção no início do secundário, a orientação para diversos tipos de estudos, a certificação antes da entrada no mercado de trabalho e, frequentemente, a contratação. Avaliar é privilegiar um modo de estar em aula e no mundo, valorizar formas e normas de excelência, definir um aluno modelo, aplicado e dócil para uns, imaginativo e autônomo para outros (1999, p. 9).

De acordo com Sampaio (1998) ao produzirem estruturas hierárquicas e organizativas dentro da escola, esta acarreta a promoção da coerção e o controle dos corpos que se sujeitar a esta lógica impositiva:

As organizações burocráticas funcionam com determinação de lugares e regras hierárquicas que permitem o controle das ações de todas as pessoas que delas participam, possibilitando prever e calcular acontecimentos e suas consequências. Uma unidade escolar da rede de ensino público é uma peça no conjunto de um sistema burocrático e hierarquizado que opera sob normas e padrões uniformes de funcionamento (1998, p. 243).

O aluno classifica a aula lecionada por seu professor como “chata”, pois para ele não se existe motivação deste docente em lecionar, e acaba por cumprir uma função meramente rotineira em seu trabalho, logo, a sala de aula se transforma num espaço prisional para o aluno, ao invés da educação ser uma prática de liberdade.

O discente não consegue acompanhar o mestre, tão pouco assimilar os conteúdos ensinados. Como consequência dos baixos rendimentos apresentados, são hostilizados por seus professores, que não enxergam as suas qualidades e virtudes, e não procuram trabalhar em sala as suas aptidões e habilidades existentes: “Dificuldade em Matemática. Precisa de mais explicação e exercícios. O professor chama os alunos de burro. Falta professor de Inglês” (Representantes da turma 803).

Bourdieu e Saint – Martin (2015) definem o *hégis corporal* como um: “conjunto de propriedades associadas ao uso do corpo que se exterioriza a posição de classe de uma pessoa” (p. 213), assim ao serem julgados por seus professores, o aluno exterioriza as

marcas de sua propriedade de identificação no campo social. Como um grito de resistência, criticam o sistema escolar que os colocam numa posição submissa neste espectro.

O docente ofende verbalmente os seus estudantes, de uma maneira clara de externar a sua insatisfação, não apenas com o não entendimento da matéria transmitida, mas também quanto as precárias condições de trabalho para o exercício de seu ofício, pois o aluno denuncia as condições insalubres que este educador também se encontra neste cotidiano.

Notoriamente lidamos com um público escolar marcado por dificuldades na escolarização, não consegue assimilar os conteúdos e as competências ensinadas, por conta disso, se justifica o elevado índice de repetência na escola, bem como a evasão, o que incide na saída evasiva do alunado dos bancos escolares.

Existe uma dualidade relacional na escola, o aluno não consegue entender o currículo ensinado e tão pouco consegue interagir com o docente em sala de aula, o que dificulta a sua aprendizagem e recai nos baixos rendimentos avaliativos ao longo dos bimestres:

“Matemática dificuldade com os conteúdos. Inglês dificuldade no conteúdo, com a explicação e de relacionamento com a professora, História dificuldade com os conteúdos, de relacionamento com o professor, Português dificuldade com o relacionamento” (Representantes da turma 801).

Para Tardif e Lessard (2014) a escola desempenha múltiplas funções educativas. Além do aparato de socialização e escolarização, procura criar um repertório que imputar valores a serem reproduzidos socialmente: “(...) agir em profundidade sobre os alunos para socializá-los, moralizá-los e instruí-los segundo as regras próprias da organização” (p. 59).

Neste sentido, JULIA (2001) entende a cultura escolar como caráter da instituição de criar e moldar os comportamentos a serem reproduzidos por seus estudantes, uma vez que, coadunam com o discurso oficial moralizante, logo, tendem a aceitar a sua submissão frente a inculcação de valores e normas estabelecidos pelo jogo escolar: “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (p. 9).

Para Azanha, o entendimento da cultura escolar, versa em construir parâmetros norteadores em entender as relações assumidas e produzidas pelos diferentes agentes que formam esta estrutura denominada de escola:

Não se trata, simplesmente, de caracterizar os protagonistas que atuam no espaço escolar e relacioná-los a condições sociais, políticas e econômicas, procedimento que poderia sugerir relações de causa e efeito que, muitas vezes, implicam pressupostos obscuros e simplistas (AZANHA, 1991, p. 66-67).

Neste sentido percebemos a configuração do cotidiano escolar marcado por profundas tensões conflituosas nos relacionamentos existentes entre a mestria e a criança. Por conta disso, os profissionais da educação necessitam constantemente se reinventar para que o aluno não perca o interesse e recaia no descrédito quanto à sua matéria lecionada.

O aluno tece as suas críticas sobre a escola, porque não se enquadra como um mero coadjuvante em sua escolarização, mas sim como participe direto dos rumos escolares. Outro ponto que merece destaque está na dificuldade quanto a leitura, a instituição carece de professores específicos para este campo, o que dificulta o aprendizado do aluno neste segmento: “A turma não tem professor de sala de leitura, nem sala de informática” (Representantes da turma 803).

Percebemos que a precarização material da escola incide diretamente sobre as atividades pedagógicas perpetradas nesse meio. A escola até possui o espaço destinado a leitura do aluno, por meio de sua biblioteca local, contudo padece de profissionais capacitados que assumam esta responsabilidade. Arelado a estes fatores, a tecnologia informativa componente do currículo da instituição, importante na formação do aluno, existe apenas num campo teórico, pois a instituição não possui aparelhos digitais (computadores) e tão pouco docentes, para que possam lecionar e atender a este público.

A dificuldade especificada destes alunos nas matérias através das fichas dos representantes ganha uma nova voz a seguir: o professor coloca as atividades na lousa perto do término das aulas, o que dificulta com que este discente possa copiar a matéria e chegar com estas respondidas na aula seguinte, segundo as críticas a seguir: “Os professores não deixarem atividades no quadro perto da hora do sinal” (Representantes da turma 803).

Michel Foucault (2014) se atentou nos seus estudos a compreender a gênese na natureza coercitivas das instituições sobre os seus agentes. Assim, o professor coloca o conteúdo no quadro no término do horário escolar, na intenção de punir a sua turma que não permitiu com que ele lecionasse durante o seu tempo em sala de aula. A instituição age na maneira de punir os corpos rústicos e rebeldes, na premissa de adestrá-los para que permitam a interiorização da linguagem da cultura dominante escolar sobre a sua estrutura corporal comportamental, segundo defendeu Foucault: “(...) fazer da punição e da repressão das ilegalidades uma função regular, coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir talvez com uma severidade atenuada” (2014, p. 81-82).

O ritmo da aula necessita do enquadramento do profissional, se este não consegue acompanhar os movimentos e os anseios de seus alunos, tão pouco conseguirá encontrar soluções cabíveis que equacionem as suas dificuldades. O professor preenche a matéria no quadro rapidamente e perto do horário da saída, o aluno não consegue compreender a linguagem e as expectativas criadas por seus mestres.

Neste movimento, a escola se insere numa dinâmica perversa, pois este aluno denuncia a situação calamitosa, as expõe aos seus docentes justamente no Conselho de classe, espaço destino para a definição do público escolar, quanto a sua escolarização. De um lado tecem as suas críticas através das fichas quanto a situações do prédio escolar, do ensino e a aprendizagem, os posicionamentos em sala de aula de seus docentes, do outro necessitam destes últimos para ratificar a sua aprovação através do conselho.

O que percebemos é a necessidade deste aluno trazer à tona as suas angústias, dentro de uma escola que não consegue atender as suas expectativas, tão pouco apresentar um cenário aberto a mudanças suscetíveis ao longo do tempo. Este aluno perde o interesse e o estímulo por seus estudos gradativamente, o que justifica o seu excesso de faltas, a evasão acentuada, bem como os elevados índices de repetências, já que os seus rendimentos nas avaliações imputadas não são satisfatórios na óptica da jurisprudência professoral.

O aluno emite o seu juízo sobre a escola, nada passa despercebido daqueles que ocupam os seus quadros funcionais, contudo, esta experiência que se apresenta como experiência democrática de ensino, barganha nas suas estruturas estruturadas as marcas da conservação e da desigualdade social.

3. Considerações Finais

O artigo procurou apresentar a importância da jurisprudência estudantil na escola, ou seja, quando os alunos produzem representações apreciativas vindas de suas percepções operacionalizadas dentro da instituição. As fichas dos alunos representantes de turma se tornaram uma importante ferramenta para este ensaio, através dela o cotidiano da escola foi descortinado a partir de diferentes leituras realizadas por seus agentes constitutivos.

As insatisfações apresentadas nos documentos nos revelam um grupo social que ocupa os bancos escolares, marcado pelo descrédito e o desestímulo, mas que enxerga que ao tecer as suas críticas quanto à escola, possam sensibilizar os seus professores e as autoridades locais, em busca de políticas públicas que atendam os seus anseios.

Este trabalho procurar dar voz ao poder de fala do aluno, que não ocupa uma posição secundária ou coadjuvante, mas detém uma importância singular e primordial na sua própria escolarização, e na socialização com os outros indivíduos que formam a escola. O aluno que outrora foi silenciado e esquecido, agora exerce o seu poder de denunciar e criticar a instituição, dona de uma cultura própria, impositiva e hegemônica.

Conforme foi explicitado neste trabalho, a escola representada nas angústias dos alunos é marcada pela precarização das suas estruturas físicas e materiais, que não consegue auxiliar o ensino e aprendizagem do aluno, o que acarreta a sua eventual saída ao longo do ano (evasão), faltas constantes ou ainda elevados casos de repetências nas turmas.

O aluno desinteressado num ambiente sucateado e negligenciado, externa às marcas de sua insatisfação através do corpo. A linguagem da resistência, da submissão e da rebeldia, se transmuta na violência, na indisciplina e nas constantes agressões realizadas entre seus colegas de classe e os profissionais da educação existentes neste espaço.

O corpo comunica a linguagem instrumentalizada do descrédito do campo social, nutre por mudanças sensíveis para que possam ter animo de dar prosseguimento aos seus estudos, na escola que um dia delegaram a sua confiabilidade neste sistema de ensino apresentado a eles.

Se o aluno produz a violência na escola, foi possível perceber que o docente também reproduz a violência verbal e simbólica para com os alunos que não coadunam com os discursos oficiais da escola, tão pouco aceitam as regras do jogo institucional. O aluno

transgrede as normas escolares, num aparato defensivo para que os outros agentes escutem as suas vozes e as suas inquietações, percebam a sua presença naquele espaço e entendam a sua importância / função social.

O aluno é chamado de “burro” por ter dificuldades de compreender a matéria ensinada por seu professor, que não aceita outra resposta a não ser o entendimento do estudante. O docente falta as suas atribuições, porque devido às precárias condições de trabalho, também perde o entusiasmo e o estímulo de estarem neste lugar, logo, quando se encontram transformam o seu ofício numa prática meramente rotineira, logo, percebemos que tanto o aluno como o professor, são válvulas do sucateamento da educação pública brasileira e da precarização deste lugar, que via além da dimensão física.

O ensino e a aprendizagem na escola foram registrados pelos alunos pela marca da dificuldade, não conseguem entender as metodologias impostas por seu professor, tão pouco conseguem assimilar os conteúdos ensinados, as habilidades e as competências desenvolvidas, o que torna a prática docente monolítica e estanque neste espaço. O aluno exige mudanças para que possa se enquadrar neste modelo de estudo, se permitir ser formado e interagir com os demais membros escolares.

Assim findamos nossa reflexão a partir da percepção de SAMPAIO (1998) de que a escola se transforma no lugar das marcas da desigualdade e da conservação social, pois são mantidos em seu interior os alunos que coadunam com o seu discurso oficial, e são excluidor de suas estruturas aquelas que negligenciam e transgredem as regras escolares:

A reação do desinteresse e apatia dos alunos diante do ensino é bastante evidenciada pelos professores, mostrando pelo menos no caso desses alunos reprovados, que a seleção e a organização priorizadas não os impactam. Essas reações passam a ser consideradas pela escola como causadoras do insucesso e como problemas da clientela – não como um sinal de que o planejamento inicial devesse ser alterado (SAMPAIO, 1998, p. 104).

A precarização física do prédio escolar no discurso dos representantes de turma incide diretamente na sua aprendizagem, pois a carência de materiais leva com que o currículo ensinado não seja absorvido pelo aluno, o que acarreta, na sua defasagem quanto aos saberes e ofícios ensinados.

4. Referências

AQUINO, Julio Groppa. Da (Contra) normatividade do cotidiano escolar: Problematizando discursos sobre a indisciplina discente. In: **Cadernos de pesquisa**, vol. 41, n. 143, Maio / Agto. 2011.

AZANHA, José Mario Pires. Cultura escolar brasileira: um programa de pesquisas. In: **Revista da USP**, São Paulo, n.8, p. 65-69, dez. /fev. 1990-1991.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre; SAINT – MARTIN, M. “As categorias do juízo professoral”. In: CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. (Orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 185-216.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHARLOT, Bernard. Práticas languageiras e fracasso escolar. In: **Estilos da clínica**, 2000, p. 124 – 133.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** Nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de história da educação**. Janeiro / Junho, 2001, nº 1, p. 9-43.

LIMA, Ana Laura Godinho. A “Criança – Problema” e o governo da família. In: **Estilos da clínica**, 2006, vol. XI, n.21, p. 126-149.

LIMA, Ana Laura Godinho. **A “Criança – Problema” na escola brasileira**. Curitiba: Appris, 2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. O fracasso escolar como objeto de estudo: anotações sobre as características de um discurso. In: **Cad. Pesq.**, São Paulo (65): p. 72-77, maio 1988.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar:** histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Hacker Editores / EDUSP, 2000.

PENNAC, Daniel. **Diário de escola**. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

PERRENOUD, Philippe. Avaliação entre duas lógicas. In: PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999, p. 9-23.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Um gosto amargo de escola: relações entre currículo, ensino e fracasso escolar**. São Paulo: EDUC, 1998.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaios sobre cultura e prática escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, nº 1, p. 25-41, jan/jun 2009.